

INSUMOS BÁSICOS: DIAGNÓSTICO E PERSPECTIVAS

Roberto Zurli Machado

Paulo Sergio Moreira da Fonseca¹

O início do século XXI apresentou um crescimento muito acelerado dos preços e dos volumes transacionados de *commodities*, puxado pela forte demanda dos países emergentes asiáticos, notadamente a China.

No Brasil, esse processo trouxe forte impulso às cadeias produtivas exportadoras de insumos básicos. Isso impactou positivamente os segmentos vinculados a setores minerais – nos quais o país tem abundância e qualidade, além de condições logísticas apropriadas – e aqueles vinculados ao desenvolvimento florestal – nos quais as condições favoráveis de clima e solo e a abundância de terras agricultáveis disponíveis têm papel decisivo na competitividade da indústria.

Assim, em particular no período 2004-2008, as atividades econômicas no Brasil ligadas aos segmentos de minério de ferro e siderurgia, metais básicos (alumínio, níquel, zinco e cobre, entre outros), celulose e alguns segmentos de papel tiveram crescimento médio anual de receita bem superior às médias históricas, e iniciou-se um forte ciclo de investimentos, com a implantação de novas unidades e expansão de capacidade das instalações existentes.

A química industrial, sobretudo a petroquímica – outro importante setor da indústria de insumos básicos, apesar de ter uma lógica diferente dos setores mencionados, em função do

¹ Respectivamente, superintendente e chefe de departamento da Área de Insumos Básicos do BNDES.

maior foco no mercado interno e da menor competitividade relativa brasileira –, também apresentou um processo relevante de expansão de capacidade de produção e, ao mesmo tempo, de consolidação societária. A isso se somam as oportunidades geradas pelo desenvolvimento de novas fontes de matérias-primas, tais como etanol e petróleo pesado, e mesmo as perspectivas de disponibilidade de gás natural e petróleo leve nas camadas de pré-sal.

Da mesma forma que esses setores, em anos recentes, foram em grande medida as locomotivas da retomada do crescimento brasileiro, também sofreram mais negativamente os impactos da crise financeira internacional observada a partir de setembro de 2008. Os reflexos vieram tanto pela redução acentuada de preços e pelo enxugamento (drástico, em alguns casos) da demanda, quanto pela dificuldade de acesso a linhas de financiamento e a seguros de crédito à exportação. A retomada já é percebida e sua sustentabilidade dependerá, em boa medida, do crescimento econômico chinês. A vantagem brasileira reside em seus custos competitivos, notadamente em minério de ferro, siderurgia e celulose.

Este texto divide-se em quatro seções, contando com esta introdução. Na próxima seção, dividida em partes relativas aos setores de siderurgia, minério de ferro, alumínio, níquel, celulose e papel e química e petroquímica, serão abordados sucintamente os diagnósticos da situação atual, além dos desafios futuros com que a indústria brasileira se defrontará. Na terceira seção, é indicado como o BNDES tem apoiado esses setores. Finalmente, na quarta seção são prospectadas as políticas para a atuação do BNDES em insumos básicos no longo prazo.

DIAGNÓSTICO E PERSPECTIVAS²

Esta seção trata da evolução recente, bem como dos desafios e dilemas, dos setores de siderurgia, minério de ferro, alumínio, níquel, celulose e papel e química e petroquímica.

SIDERURGIA

O parque produtor de aço brasileiro é composto de 27 usinas – sendo quatro integradas a coque, voltadas para a produção de aços planos, e 23, principalmente *mini-mills*, direcionadas para o segmento de aços longos –, com capacidade total instalada, em 2009, de 42,5 milhões de t/ano de aço bruto.

A produção brasileira de aço bruto, em 2009, foi de 26,5 milhões de toneladas, uma redução de 21,4% em relação a 2008. O primeiro semestre de 2009 registrou queda de 36,8%, comparativamente a igual período do ano anterior, refletindo o impacto do cenário internacional no

² As informações nesta seção foram obtidas de diversas fontes, destacando-se as seguintes: Abiquim (2007 e 2009); Bracelpa Estatísticas (2009); CRUIAnalysis (2009a, 2009b e 2009c); IBS (2009); e LME.

volume de exportações, além de redução significativa em alguns segmentos da demanda doméstica, o que levou a um corte drástico na oferta por parte da indústria siderúrgica. A média de utilização da capacidade instalada nacional, nesse período, foi de 54%, muito abaixo da média histórica dos últimos sete anos, que é de aproximadamente 88%, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1: Brasil – produção anual de aço bruto (em mil t)

Ano	Produção	Capacidade instalada	Utilização da capacidade instalada (%)
2002	29.604	33.600	88,11
2003	31.147	33.800	92,15
2004	32.909	34.700	94,84
2005	31.610	36.700	86,13
2006	30.901	36.700	84,20
2007	33.782	38.800	87,07
2008	33.716	41.500	81,24
2009	26.507	42.500	62,37

Fonte: Instituto Aço Brasil (IABr).

Entretanto, em parte como resposta às isenções tributárias estabelecidas pelo governo federal nos segmentos automobilístico e de eletrodomésticos e à retomada do setor de construção, mas também como reflexo da melhoria da conjuntura mundial, o segundo semestre de 2009 apresentou sinais claros de recuperação, apesar de insuficiente para reverter o panorama anual de produção, com redução de cerca de 21% em relação a 2008.

No Brasil, os sinais de recuperação se traduziram em anúncios de retomada de investimentos por parte das empresas, a exemplo do Grupo Gerdau, que anunciou a retomada de um projeto de investimento de R\$ 1,75 bilhão em sua usina de Ouro Branco (MG), que havia sido adiado por causa da crise global. Também a Arcelor-Mittal divulgou a intenção de construir, em parceria com a Vale, uma usina integrada de aços planos para produção de 5,0 milhões de t/ano no estado do Espírito Santo.

Para 2010, projeta-se, em um cenário otimista, uma produção doméstica que poderá atingir 33 milhões de toneladas, o que representaria um aumento de 24,2% relativamente a 2009 e equivalente à produção de 2008.

A capacidade instalada em 2010 deverá atingir, ao fim do ano, 48,7 milhões de t/ano – decorrentes, principalmente, dos seguintes investimentos:

- i. usina de longos de Barra Mansa, do Grupo Votorantim, de 1 milhão de t/ano;
- ii. complexo siderúrgico Thyssen CSA, com 5,0 milhões de t/ano, com produção inicial de 2,5 milhões t/ano, previsto para julho de 2010, e 2,5 milhões t/ano adicionais a partir de março de 2011; e
- iii. Vallourec & Sumitomo, 1 milhão de t/ano, com início de produção previsto para o segundo semestre de 2010.

Cabe ressaltar que há no mundo, atualmente, cerca de 1,8 bilhão de t/ano de capacidade instalada de produção de aço bruto, para um consumo aparente de 1,2 bilhão de toneladas, o que indica um excesso de capacidade de mais de 600 milhões de t/ano. O Brasil, porém, está bem posicionado em relação aos mercados e em custos médios de produção de placas e bobinas a quente, nesta última com valores de US\$ 340/t, em comparação a uma média mundial de US\$ 403/t, da China, de US\$ 430/t, e da Índia, de US\$ 380/t. Contudo, além da ameaça de excesso de capacidade, potencializada no caso chinês pelo câmbio administrado, o fato de a indústria siderúrgica ser, dentro do setor industrial como um todo, um dos maiores emissores de gases de efeito estufa – notadamente o CO₂ – coloca ao setor um enorme desafio político e tecnológico. No futuro próximo, grande parte do investimento será direcionada à busca de inovações que reduzam as emissões desses gases e de mecanismos compensatórios, como o plantio de árvores para o sequestro de carbono. A sustentabilidade será o grande elemento indutor de inovações no setor.

MINÉRIO DE FERRO

O *dinamismo* da economia mundial a partir de 2002, impulsionado pelo forte crescimento da China, induziu o *aumento* da demanda por aço e, conseqüentemente, estimulou a demanda por minério de ferro. A demanda chinesa por minério cresceu a uma taxa média de 23,3% a.a. no período 2003-2008, enquanto a demanda do resto do mundo permaneceu praticamente constante, crescendo em média 1,4% a.a., como mostra a Tabela 2.

Tabela 2: Consumo mundial de minério de ferro (em milhões de t)								
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	%	Δ 2008/2003 (%)
China								
Consumo ajustado	395	504	635	761	877	896	52,9	17,8
Importação	148	208	275	326	384	444	26,2	24,5
Produção ajustada¹	247	296	360	434	493	452	26,7	12,9
Produção reportada	297	340	427	588	709	824		
Importação/consumo (%)	37,5	41,3	43,3	42,9	43,7	49,6		
Resto do mundo								
CIS	127	141	137	145	149	138	8,1	1,7
Japão	131	133	132	134	138	137	8,1	1,0
Índia	52	51	58	63	70	73	4,3	7,1
Brasil	46	50	48	47	51	48	2,9	1,2
EUA	57	61	53	54	52	47	2,8	-4,0
Coreia do Sul	41	41	41	42	45	48	2,8	3,0
Alemanha	41	44	41	43	45	41	2,4	0,2
Outros	263	264	275	267	263	267	15,7	0,2
Consumo mundial ajustado	1.152	1.289	1.421	1.557	1.690	1.695	100,0	8,0
Consumo China/mundo (%)	34,3	39,1	44,7	48,9	51,9	52,9		

Fonte: CRU.

¹Produção ajustada pelo BNDES em minério equivalente (63,5% de Fe).

No mercado produtor de minério de ferro, há forte concentração, fazendo com que as três principais empresas, Vale, BHP-Billiton e Rio Tinto, respondam, juntas, por cerca de 70% do total de minério comercializado no mercado transoceânico, tendo relativa influência na determinação dos preços. São empresas competitivas, com custo operacional abaixo da média do setor, por isso parte das mineradoras com maiores custos operacionais só se torna economicamente sustentável quando o preço é elevado por causa de uma forte pressão da demanda, como a que se observou no início de 2010.

Entretanto, a crise financeira do fim de 2008 derrubou o sistema de determinação de preços vigente há décadas, conhecido como *benchmark* (padrão), no qual o preço é determinado anualmente pelo primeiro contrato firmado por uma das três principais produtoras de minério de ferro. Com isso, o mercado *spot* passou também a ser uma alternativa atraente. No início de 2010, um novo sistema de determinação de preços veio se estabelecer tendo como base a média do mercado *spot* observada nos três meses anteriores.

Outro fator relevante a afetar a formação de preços no setor é o processo de verticalização adotado por diversas empresas siderúrgicas, de forma a reduzir sua dependência das grandes mineradoras. Por outro lado, essa tendência tem levado a um reforço da estratégia de empresas como a Vale, de estabelecimento de *joint ventures* com companhias siderúrgicas internacionais para a implantação de usinas no Brasil, visando principalmente ao mercado exportador, a fim de assegurar mercado para seus produtos.

No caso das exportações de minério de ferro do Brasil para a China, os fretes marítimos são uma variável fundamental. Pouco antes da eclosão da crise financeira de setembro de 2008, as cotações atingiram mais de US\$ 100/t, o que ameaçou fortemente a competitividade brasileira frente ao minério australiano, que dispõe de fretes bem mais competitivos, dada a sua proximidade com o mercado chinês. Com relação à Vale, um conjunto de medidas, como o afretamento de grande capacidade de transporte e mesmo a aquisição de navios, trouxe essa variável a patamares administráveis, implicando, nas vendas *spot*, custos de fretes menores e menos voláteis para os próximos anos.

O Brasil possui grandes reservas de minério de ferro de alta qualidade. São 17 bilhões de toneladas de ferro contidas em 33 bilhões de toneladas de reservas totais, medidas e indicadas. Duas principais regiões – Carajás (PA) e o Quadrilátero Ferrífero (MG) – são ricas em minério de excelente qualidade. As jazidas de Carajás possuem o minério considerado de melhor qualidade do mundo, pelo elevado teor de ferro e o baixo percentual de contaminantes.

A qualidade do minério e a infraestrutura (mina-ferrovia-porto) proporcionam às principais mineradoras brasileiras vantagens competitivas, graças ao baixo custo por tonelada comercializada.

A competitividade brasileira no setor e a aparente sustentabilidade da demanda chinesa sinalizam um cenário favorável para os próximos anos, com possibilidade de elevação de preços já em 2010 e em anos subsequentes, conforme preconizado por vários analistas do setor.

Os investimentos no Brasil em mineração de ferro começam a ser retomados. Somente os anunciados pela Vale totalizariam mais de R\$ 25,3 bilhões, entre 2010 e 2014, visando atingir cerca de 450 milhões de toneladas de capacidade de produção. Cumpre destacar que a dificuldade na obtenção de licenças ambientais tem sido um fator de retardo no ritmo de investimento das empresas do setor.

ALUMÍNIO

O preço do alumínio na London Metal Exchange (LME) apresentou forte alta nos últimos anos, principalmente pela expansão do consumo na China. Entretanto, a crise financeira forçou o preço em 2008 para um nível abaixo do observado em 2004. Ao longo de 2009, e ainda no início de 2010, os níveis de estoques, na LME, permaneceram altos, com pressão de baixa nos preços, em função das elevadas quantidades colocadas no mercado pelos produtores chineses e russos.

Em 2009, houve redução significativa na demanda e na produção de alumínio de 16% e 8,5%, respectivamente, em relação a 2008, tendo sido produzidos 36,7 milhões de toneladas (valor estimado). A recuperação dessa indústria em termos mundiais só é esperada para meados de 2010, mas, com a retomada do mercado brasileiro de construção, a demanda interna voltou a níveis de atividade satisfatórios.

No mundo, existem diversos projetos de elevação da capacidade produtiva na indústria de alumínio. Por causa da crise financeira, entretanto, muitos desses projetos foram postergados. No Brasil, encontram-se em andamento projetos importantes de implantação e expansão de capacidade de mineração de bauxita (mina de Juruti, parceria de Alcoa e Alumina, e Paragominas III, da Vale); de produção de alumina [Alumar, Companhia de Alumina do Pará (CAP), Vale] e fabricação de alumínio primário [Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), sala VIII], assim como de manutenção da capacidade produtiva de bauxita com o projeto da Mineração Rio do Norte.

Entretanto, segundo a Associação Brasileira do Alumínio, apesar de competitivo em bauxita e alumina, o Brasil não consta do mapa mundial de expansão da produção de alumínio metálico, dado o alto custo da energia. Esse é um desafio a ser enfrentado nos próximos anos e é comum a diversos segmentos de insumos básicos, em sua maioria eletrointensivos.

NÍQUEL

A produção mundial esperada de níquel no ano de 2009, de 1,3 milhão de toneladas, representa uma queda de cerca de 5% em relação ao ano de 2008. Em relação a 2007, a produção de 2008 já havia caído 1,5%. Para 2010, espera-se um aumento na produção em torno de 6% em relação a 2009.

O preço do níquel na LME apresentou alta expressiva nos últimos anos, apesar de forte volatilidade, principalmente pela expansão do consumo na China, chegando à casa das US\$ 50.000/t em abril de 2007. Em janeiro de 2009, a crise financeira levou o preço para um nível abaixo de US\$ 9.000/t, inferior ao custo médio de produção.

Ao final de 2009, em um nível de estoque ainda relativamente alto, o preço já estava em níveis superiores a US\$ 18 mil/t, com leve tendência de alta, o que permitia rentabilidade às plantas com boa produtividade.

No mundo, existem diversos projetos de elevação de capacidade produtiva na indústria de níquel. Por causa da crise financeira, entretanto, muitos desses projetos foram postergados. Espera-se que alguns sejam retomados, em função da expectativa de estabilização ou mesmo aumento dos preços, já em um patamar de menor volatilidade. No Brasil, os principais projetos, de Onça-Puma (Vale) e de Barro Alto (Anglo American), tiveram suas datas de inauguração postergadas, mas não foram interrompidos.

O aumento do consumo de níquel está relacionado a mercados emergentes. Nesse sentido, a afluência de consumidores em mercados como o indiano e o chinês representa um vetor positivo de crescimento no médio e longo prazos.

CELULOSE E PAPEL

Em um primeiro momento, os efeitos da crise econômica de 2008 observados no setor de papel e celulose foram sentidos nas operações correntes das empresas do setor, tais como redução dos volumes de venda voltados para a exportação, queda generalizada nos preços da celulose, em maior grau, e dos papéis, com consequente pressão sobre as margens operacionais e dificuldade na rolagem de dívidas ou obtenção de capital de giro. Além disso, o endividamento das empresas foi fortemente afetado, principalmente por causa das linhas indexadas ao dólar e das operações de derivativos cambiais. Assim, diversos projetos industriais, bem como aumentos de base florestal, previstos anteriormente para o setor no Brasil, foram cancelados ou adiados por até dois anos.

Em função dessa conjuntura, ocorreram diversas operações de fusões e aquisições no Brasil, entre as quais destacam-se as seguintes:

- i. a criação da maior produtora de celulose de fibra curta do mundo, a Fibria, originada da fusão da Aracruz com a Votorantim Celulose e Papel (VCP);
- ii. a fusão da Duratex com a Satipel, que deu origem ao maior fabricante de painéis de madeira do Hemisfério Sul;
- iii. a aquisição da Tafisa pela Arauco (Placas do Paraná), criando o segundo maior fabricante de painéis de madeira no Brasil; e
- iv. a venda da unidade de produção de celulose de Guaíba (RS), da Aracruz, para a chilena CMPC.

Em abril de 2009, os preços da celulose de eucalipto para a Europa atingiram US\$ 475/t, menor valor observado ao longo da crise, o que representou uma queda de 43% frente às US\$ 840/t de agosto de 2008. Entretanto, ao final de 2009, os preços já haviam se recuperado para mais de US\$ 700/t. Essa recuperação de preços deveu-se ao expressivo incremento da demanda por parte da China e à redução de oferta pelo fechamento de plantas ineficientes no Hemisfério Norte, de aproximadamente 3,1 milhões de toneladas em 2009, o que representou cerca de 5% da capacidade mundial de produção de celulose.

Com as novas perspectivas favoráveis do mercado de celulose e tendo em vista os baixos custos de produção brasileiros, observou-se o anúncio da retomada de diversos investimentos de expansão de capacidade já no fim de 2009. Em agosto de 2008, os investimentos previstos para o setor no Brasil (firmes e não firmes) para o período 2009-2013 chegavam a cerca de R\$ 25 bilhões. No momento mais crítico da crise, também em função das operações com derivativos cambiais, tais investimentos foram reduzidos para cerca de R\$ 12 bilhões, com o cancelamento ou adiamento dos seguintes projetos:

- i. Aracruz em Governador Valadares (MG) – R\$ 4 bilhões;
- ii. Aracruz em Guaíba (RS) – R\$ 4 bilhões;
- iii. Veracel II em Eunápolis (BA) – R\$ 4 bilhões; e
- iv. Duratex em Itapetininga (SP) – R\$ 1 bilhão.

No entanto, já se observa uma reversão favorável de expectativas no setor. Para 2010-2013, os investimentos firmes estão previstos em R\$ 8,221 bilhões e os não firmes em R\$ 9,685 bilhões, totalizando R\$ 17,906 bilhões. Para 2014, os firmes totalizariam R\$ 1,514 bilhão e os não firmes, R\$ 6,658 bilhões, totalizando R\$ 8,172 bilhões para esse ano.

QUÍMICA E PETROQUÍMICA

A recente crise econômica afetou fortemente as empresas químicas no plano mundial, levando a cortes na produção, queda de lucros, hibernação ou fechamento definitivo de unidades produtivas e adiamento de investimentos.

No caso da economia brasileira, o contágio se deu por duas vias. De um lado, ao afetar seriamente empresas de setores com forte viés exportador, produziu impactos pelo efeito multiplicador da retração do comércio mundial sobre a economia doméstica. No entanto, esse efeito foi moderado em face da menor importância relativa das exportações no PIB. De outro lado, a redução do financiamento às atividades produtivas atingiu de forma imediata setores e empresas fortemente dependentes de crédito externo, o que foi compensado pela reação rápida do governo federal, com corte de juros e medidas de natureza tributária, e, particularmente, pelo setor financeiro público.

De fato, os canais de contágio explicam, em grande medida, o impacto moderado da crise econômica internacional sobre a indústria química brasileira. Predominantemente voltada para o mercado doméstico, com participação reduzida de vendas externas (entre 20% e 25%), a produção química brasileira manteve-se relativamente resguardada dos maiores impactos da crise global. Diferenciou-se, nesse sentido, de outras indústrias, inclusive do grupo de insumos básicos, orientadas para a exportação. O impacto foi também menos intenso do que o percebido pela indústria química mundial, sobretudo a europeia, norte-americana e japonesa. Nesses casos, ele atingiu até mesmo empresas seculares e resultou em cortes de produção, fechamento de unidades e problemas de solvência, mormente no caso da produção de *commodities* (químicos orgânicos, plásticos e fibras sintéticas), em face dos altos níveis dos estoques quando da eclosão da crise, da queda brusca de preços e do declínio das vendas nos setores da construção, bens duráveis (inclusive automóveis) e eletrônicos.

Na indústria química brasileira, os piores resultados estiveram concentrados no princípio de 2009, com forte queda do nível de utilização de capacidade do segmento de produtos químicos de uso industrial, que chegou ao ponto mais baixo em janeiro de 2009. No caso dos índices de produção física e vendas internas, calculados pela Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), os pontos mais baixos também foram registrados nesse período, da mesma forma que o índice de preços da indústria química. Cabe destacar, no entanto, a inversão desse índice a partir do segundo semestre de 2009, que reflete a retomada ascendente do preço da nafta.

No caso da petroquímica, principal segmento da indústria química brasileira, com cerca de 80% do faturamento total, a emergência da crise ocorreu no instante em que a indústria se encontrava com elevados níveis de estoques, o que levou à queda subsequente do nível de utilização a 55% da

capacidade instalada, em dezembro de 2008, junto à forte queda de preços, em um realinhamento seguindo a referência internacional. Em um primeiro momento, o aumento das vendas externas, que passaram a mais de 40% das vendas totais, favorecido pelo câmbio, possibilitou a regularização dos estoques no princípio de 2009, com posterior recuperação do mercado interno a partir do segundo trimestre de 2009. No entanto, a continuidade da queda de preços dos produtos petroquímicos e a apreciação do real implicaram tendência de redução da receita líquida das empresas frente a 2008, apesar da retomada do nível da atividade econômica no Brasil.

Por outro lado, espera-se para os anos de 2010 e 2011 um ciclo de baixa para os preços das resinas petroquímicas, em função da entrada em operação de plantas de alta capacidade e baixo custo, principalmente no Oriente Médio. Esse é um desafio a ser enfrentado pelas empresas brasileiras, o que pode ensejar um novo processo de consolidação no setor, apesar de também surgirem oportunidades significativas de internacionalização.

A reação da economia brasileira à crise internacional e a retomada da trajetória de crescimento da indústria química brasileira refletem-se na manutenção dos investimentos de modernização, expansão de capacidade e inovação programados para os próximos quatro anos, da ordem de R\$ 31 bilhões. Tais investimentos correspondem a projetos para a produção de produtos químicos com base no emprego de fontes alternativas renováveis de matérias-primas, além de investimentos no segmento de fertilizantes que permitirão significativa redução futura de importante parcela do déficit comercial químico, fortemente influenciado pelas importações crescentes de fertilizantes. Contemplam, ainda, o início de um novo ciclo de investimentos da indústria petroquímica brasileira, com destaque para o complexo integrado petroquímico do Comperj, com tecnologia nacional desenvolvida pelo Cenpes/Petrobras para a produção petroquímica com base em petróleo pesado, além de importantes investimentos com dimensão de desenvolvimento regional, como o da Companhia Petroquímica Suape, em Pernambuco.

O PAPEL DO BNDES

O BNDES tem como principal objetivo, nos setores de insumos básicos, fomentar e apoiar projetos relacionados à expansão da capacidade produtiva, modernização – destacando-se, no futuro próximo, a busca de uma economia de baixo carbono –, otimização, inovação, consolidação e internacionalização de empresas brasileiras.

A atuação do Banco acompanhou a tendência de crescimento dos investimentos nesses setores nos últimos anos, quadruplicando, em termos nominais, os desembolsos efetuados no período de cinco anos, conforme pode ser verificado na Tabela 3:

Tabela 3: BNDES – desembolsos (diretos e indiretos não automáticos) a projetos (em R\$ milhões)

Sector	2005	2006	2007	2008	2009
Mineração e siderurgia	877	2.743	4.017	6.273	6.163
Química e petroquímica	753	849	1.614	2.081	2.016
Papel e celulose	1.278	2.322	1.899	967	3.670
Total de insumos básicos	2.911	5.914	7.530	9.320	11.849

Fonte: BNDES.

A ação do BNDES se deu pelo financiamento a projetos e pela participação acionária em empresas, em movimentos de reestruturação societária e de consolidação empresarial que foram importantes tanto para os projetos de crescimento dos grupos econômicos no Brasil e no exterior, quanto para a superação do período de crise financeira que se verificou a partir de meados de 2008.

Nesse sentido, a par do apoio significativo aos investimentos desses setores, foram disponibilizadas linhas de capital de giro que permitiram às empresas superar o período de turbulência sem maiores sobressaltos, facilitando a retomada dos investimentos de forma mais rápida após os primeiros sinais de reversão da crise.

Esses setores, que em muitos subsegmentos estão capacitados a competir no mercado internacional, com a presença de grupos econômicos de expressão, em grande medida têm acesso ao mercado financeiro e de capitais no Brasil e no exterior. Nesse sentido, o apoio do BNDES tem caráter complementar, orientado para o apoio à realização de investimentos e tendo por objetivo principal, além de atenuar os efeitos cíclicos desses mercados e da própria atividade econômica em geral, maximizar o conteúdo local, com geração de encomendas à indústria de bens de capital localizada no Brasil, praticando condições de financiamento equivalentes às disponibilizadas pelas agências de crédito à exportação dos demais países.

Outro aspecto importante da participação do BNDES nos segmentos de insumos básicos é o incentivo às ações de responsabilidade social das empresas associadas aos empreendimentos apoiados. Para tanto, o Banco contratou linhas específicas para financiamento a investimentos sociais não cobertos por incentivos fiscais, no montante de R\$ 207 milhões, em condições favoráveis, no período 2005-2009.

Os investimentos em insumos básicos são intensivos em capital e afetam o meio ambiente. Para incentivar a realização de ações mitigadoras desses impactos, que vão além dos condicionantes das licenças ambientais, foram disponibilizados no período 2005-2009 recursos no montante de R\$ 258 milhões para a realização de investimentos ambientais, com condições financeiras diferenciadas.

DIRETRIZES PARA A ATUAÇÃO DO BNDES NO LONGO PRAZO

Ao mesmo tempo em que a crise financeira internacional trouxe impactos desfavoráveis às empresas brasileiras de insumos básicos, o fato de, em geral, essas empresas terem superado as dificuldades do período em melhor situação que diversas congêneres no exterior – graças à relativa blindagem da economia brasileira e às suas naturais vantagens competitivas – abre oportunidades de aquisições de empresas no exterior, de forma seletiva e planejada, evitando graus de endividamento indesejáveis.

Em alguns casos, esse processo deverá ser precedido de fusões e aquisições no Brasil, para permitir que a empresa resultante tenha porte e capacidade tecnológica suficientes para processos de internacionalização de maior envergadura.

O BNDES, por meio da BNDESPAR, pode cumprir papel relevante na alavancagem de outros investidores para que as empresas possam atingir esses objetivos de forma equilibrada e sustentável.

Naturalmente, o BNDES irá continuar a apoiar os programas de expansão de capacidade e de modernização nesses setores, buscando conferir maior robustez à economia brasileira e maior competitividade à indústria a jusante dos segmentos de insumos básicos.

Em particular, alguns desafios se colocam com maior intensidade, em função do amadurecimento dessa indústria, com a existência de grupos economicamente fortes e consolidados.

Primeiramente, há subsegmentos ainda não atendidos com eficiência pelo BNDES, que têm dificuldade de acesso ao crédito por diversas razões, mas que são muito relevantes para a própria sustentabilidade de longo prazo dessas cadeias produtivas. Dois exemplos marcantes são o setor de transformados plásticos e alguns nichos do mercado de papel de embalagem. Normalmente, são integrados por empresas de médio porte, que necessitam de um tratamento diferenciado.

Outro desafio importante é o apoio decisivo às ações inovadoras das empresas, sejam atividades específicas relativas a pesquisa e desenvolvimento, com grau elevado de conteúdo tecnológico, sejam mesmo inovações de processo e produtos que confirmem aumento de competitividade de forma sistêmica na economia. O BNDES tem linhas específicas de inovação, em condições bastante atrativas, devendo haver uma ação de fomento intensa em sua maior utilização.

A previsão de um novo ciclo de investimentos nos próximos anos, em diversos segmentos dos insumos básicos, traz também a oportunidade de desenvolvimento no Brasil da cadeia produtiva de bens de capital desses setores, que em grande medida tiveram produção local, mas que

foram descontinuados por perda de competitividade em função de problemas de escala, entre outros fatores. Devem ser investigadas as fatias de mercado em que essa competitividade, em termos mundiais, pode ser alcançada, sem artificialismos, de forma a maximizar os benefícios gerados por esses empreendimentos, em termos de geração de emprego e renda local.

Um aspecto fundamental e de máxima prioridade para o BNDES no apoio a projetos estruturantes e de forte impacto na região de seu entorno é o tratamento adequado dessas externalidades, de forma a mitigar os potenciais impactos negativos da realização de grandes obras em regiões pouco povoadas, que implicam migração de mão de obra de forma intensa no período de construção, com redução significativa da quantidade de empregos na fase de operação. Ao mesmo tempo, devem-se potencializar os efeitos renda benéficos no entorno, promovendo a articulação entre os diversos atores envolvidos (empresas, governos, população local e instituições de fomento regional) e o apoio às atividades decorrentes da demanda da cadeia de fornecedores locais.

Da mesma forma, a responsabilidade social e ambiental das empresas vem se tornando elemento-chave na sustentação do crescimento econômico, em particular no caso dos grupos econômicos que atuam nos setores de insumos básicos. O BNDES deverá buscar de forma permanente o aprimoramento de seus mecanismos de apoio para atingir esses objetivos, incentivando a incorporação de tecnologias limpas e com máxima eficiência energética.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA QUÍMICA (ABIQUM). *Demanda de matérias-primas petroquímicas e provável origem até 2020*, 2007.

———. *Anuário da indústria química brasileira*, 2009.

BRACELPA ESTATÍSTICAS – *Relatório Anual 2008/2009*, 2009.

CRU/ANALYSIS. *Iron ore market outlook*, 2009a.

———. *Nickel quarterly industry and market outlook*, out. 2009b.

———. *The long term outlook for aluminum*. Londres, 2009c.

INSTITUTO BRASILEIRO DE SIDERURGIA. *Anuário estatístico 2008*, 2009.

LONDON METAL EXCHANGE (LME). www.lme.co.uk